



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639916 - CE (2021/0011861-8)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : EDSON NOGUEIRA BERNARDINO  
**ADVOGADO** : EDSON NOGUEIRA BERNARDINO - CE013763  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : ANDERSON DA SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : MATHEUS DE SOUZA SANTIAGO OLIVEIRA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : MATEUS SOUSA SANTIAGO DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON DA SILVA DE OLIVEIRA e MATHEUS DE SOUZA SANTIAGO OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0636968-40.2020.8.06.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante, em 07.05.2019, em razão da suposta prática do delito de homicídio. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a manutenção da segregação cautelar dos pacientes, bem como da negativa de deferimento da liberdade provisória com ou sem fiança, nos termos do art. 310, inciso III, do Código de Processo Penal.

Alega a a inexistência de motivação válida para a custódia cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o deferimento da liberdade provisória sem fiança mediante condições em favor dos acusados. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto dos seguintes *Habeas Corpus*: HC 543.846/CE e HC 543.821/CE.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

*Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.*

*Aggravamento regimental desprovido. (AgRg no HC n.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência